

Intervenção Estadual na Saúde de Cuiabá revela prejuízo de R\$ 8 milhões devido ao descarte de medicamentos vencidos

A intervenção estadual na Saúde de Cuiabá divulgou que o descarte de medicamentos vencidos realizado nesta segunda-feira (9) resultou em um custo de R\$ 8 milhões aos cofres públicos. Um total de 6,7 milhões de unidades de medicamentos e insumos foram descartados no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos (Cdmic), em Cuiabá. Esses medicamentos foram adquiridos durante a gestão de Emanuel Pinheiro (MDB), período anterior à intervenção.

A interventora Danielle Carmona afirmou que o vencimento dos medicamentos ocorreu devido à má gestão da administração de Emanuel. Segundo ela, quando assumiu o Gabinete de Intervenção, 85% dos medicamentos não estavam inventariados, ou seja, não se sabia a quantidade nem a data de vencimento dos remédios em estoque.

"Há falta de gestão e planejamento. Total falta de controle. Desde 2021, não houve uma gestão efetiva na assistência farmacêutica, tanto que, quando assumimos, o sistema estava completamente desorganizado. Mais de 85% dos itens estavam desorganizados. E isso resultou em medicamentos vencidos", declarou Carmona.

Ela também ressaltou a quantidade significativa de medicamentos descartados, incluindo mais de um milhão e meio de comprimidos de paracetamol, além de outros medicamentos de uso controlado, totalizando um valor de R\$ 8 milhões.

O descarte dos medicamentos abrirá espaço no Cdmic para a compra e armazenamento de mais medicamentos e itens essenciais para a saúde pública da capital. "Estamos realizando esse descarte hoje e isso vai liberar muito espaço, pois são 6,7 milhões de itens de medicamentos e insumos. [...] Existe um planejamento para novas compras. Antes, as compras eram feitas a cada dois meses. Com a liberação desse espaço, poderemos receber medicamentos praticamente todos os dias e trabalhar com um estoque para 90 dias", explicou Carmona.

O descarte foi realizado após o Gabinete de Intervenção apresentar um relatório ao Ministério Público do Estado (MPE). Parte desses medicamentos e insumos, com vencimento em 2019 (250.093 itens), 2020 (3.079.702 itens) e 2021 (1.535.997 itens), estava armazenada sob a justificativa de ser objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Cuiabá, conhecida como CPI dos Medicamentos.

Além disso, o montante inclui 1.841.277 medicamentos e insumos que venceram em 2022, após a CPI dos Medicamentos, e que não estavam sendo investigados, o que evidencia que os medicamentos continuaram vencendo em grande quantidade.

Com esse descarte, espera-se que a intervenção estadual possa reorganizar a gestão da assistência farmacêutica em Cuiabá e garantir um estoque adequado de medicamentos para atender às necessidades da população.